



MULHERES RURAIS E AS LUTAS PELA ÁGUA NA AMÉRICA LATINA

*RURAL WOMEN AND THE STRUGGLES FOR WATER
IN LATIN AMERICA*

Rosineide de L.M. Cordeiro¹
Paola Alejandra Morales²
Sandra Maria Batista Silveira³
Flávia da Silva Clemente⁴

RESUMO

Este artigo trata das lutas das mulheres rurais na América Latina por água e tem como objetivo analisar os lugares das mulheres quanto ao acesso, gestão e participação nos espaços decisórios das políticas hídricas dos seus países. Foi analisada a Campanha Latino-americana “Água é Vida e Direito”, realizada pela Rede Latino-americana e Caribenha das Mulheres Rurais. O pressuposto do artigo é que a desigual distribuição dos recursos naturais no campo está relacionada com os sistemas de exploração – dominação de classe, gênero, raça e etnia entre outros. Os resultados apontam que as mulhe-

1 Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

2 Especialista em Estudos de Género (UNComa). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Docente da Universidade Nacional do Comahue (Argentina).

3 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Departamento de Serviço Social (UFPE).

4 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Departamento de Serviço Social (UFPE).

res cuidam do abastecimento, porém não participam dos espaços decisórios. A apropriação privada das águas e a acentuada destruição dos mananciais hídricos são os principais responsáveis pelo cenário de indisponibilidade hídrica nos contextos rurais. As principais lutas são contra a privatização das águas, falta de políticas hídricas que atendam as reivindicações das populações rurais, especialmente, das mulheres camponesas, negras e indígenas.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres Rurais. Água.

ABSTRACT

This article deals with the struggles of rural women in Latin America around the water and aims to analyze the place of women regarding access, management and participation in decision-making spaces of the water policies of their countries. It was analyzed the Latin American Campaign “Water is Life and law” held by the Latin American and Caribbean Network of Rural Women. The article’s premise is that the unequal distribution of natural resources in the field is related to the operating systems - class domination, gender, race and ethnicity among others. The results show that women take care of supply, but not participate in decision-making spaces. The private waters ownership and the severe destruction of watersheds are primarily responsible for water outage scenario in rural contexts. The main fights are against the water privatization, lack of water policies that meet the demands of rural populations, especially the peasant, black and indigenous women.

Keywords: Gender. Rural Women. Water.

Submetido: 09/04/2015.

Aceito: 08/12/2015.

Introdução

O acesso e a propriedade dos recursos naturais são temas centrais nas lutas das organizações camponesas e indígenas. A concentração capitalista dos recursos naturais é um fenômeno que a América vivencia desde que se integrou forçosamente ao capitalismo mercantil. Nos vários países da América Latina, há lutas e disputas entre os que consideram a terra e a água como mercadorias, meios de especulação financeira e lucro e aqueles que precisam destes elementos como condição e possibilidade de vida.

Partimos do pressuposto que a desigual distribuição dos recursos naturais no campo materializa a simbiose dos sistemas de exploração – dominação de classe, gênero, raça, etnia, entre outros. Quando consideramos que existem sistemas de exploração – dominação, não negamos as lutas e resistências em múltiplos aspectos e âmbitos. Para isso, interessa conhecer a história dessas lutas, o processo pelo qual as reivindicações se tornam públicas e coletivas.

O presente artigo aborda a história de organização e luta das mulheres rurais⁵ na América Latina pela água, destacando o posicionamento destas quanto ao acesso, gestão e participação nos espaços decisórios das políticas hídricas dos seus países. As mulheres denunciavam que o direito à água tem sido constantemente ameaçado pelos interesses privados, sendo imprescindível a organização das camponesas e indígenas para enfrentar e identificar alternativas de denúncia, de luta e de mobilização social em torno da questão hídrica.

As mulheres rurais organizaram a Campanha Água é Vida e Direito, no período de março de 2007 a dezembro de 2008. A análise dessa produção coletiva evidência como as categorias de classe, gênero, raça e etnia se articulam e condicionam o acesso à água em diferentes contextos rurais. Neste sentido, o presente artigo analisa os resultados da Campanha Latino-americana “Água é vida e direito”, considerando o uso e controle do recurso natural na vida cotidiana e a sua importância para o trabalho das mulheres nos diversos contextos rurais.

O artigo está organizado em três subtópicos. Discorreremos em princípio sobre a configuração das relações de classe, gênero, raça/etnia na exploração dos recursos naturais; em seguida, apresentaremos a organização das mulheres rurais na América Latina, pontuando a história da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede Lac); no terceiro tópico, tratamos das águas da América Latina do ponto de vista das mulheres rurais, abordando três aspectos: 1) a água na vida cotidiana das mulheres rurais; 2) o hidronegócio e a fragilidade das políticas públicas hídricas; e 3) as lutas pelo direito à água. Por fim, apresentamos as considerações finais.

1 A configuração das relações de classe, gênero, raça/etnia na exploração dos recursos naturais

O debate que se refere às desigualdades de gênero é relativamente recente, e mais ainda o que se refere aos contextos rurais. Nas últimas décadas do século XX, o conceito de gênero ganhou força em sua intenção de desnaturalizar as formas da dominação – exploração baseadas nas diferenças sexuais. Entretanto, segundo Adriana

5 Utilizamos a nomeação mulheres rurais, entretanto, compreendemos que as mulheres rurais compõem um vasto segmento que, de acordo com cada país, é formado por mulheres negras, mulheres indígenas de diferentes povos, camponesas e assalariadas rurais.

Piscitelli (2008), no final dos anos 1980, surge uma crítica ao uso da categoria gênero dissociada de outras categorias teóricas. Dentre as vertentes críticas, destacam-se as feministas negras, que vão denunciar o movimento feminista por suas posturas racistas e, ao mesmo tempo, vão criticar os movimentos antirracistas, por não considerar as desigualdades de gênero. Para falar da complexidade da América Latina, é preciso reiterar que há diferentes tipos de racismo que atingem a população negra e os povos indígenas no continente. Segundo Brah (2006, p. 344):

[...] os processos de racialização são, é claro, historicamente específicos, e diferentes grupos foram racializados de maneira diferente em circunstâncias variadas. Cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações.

Uma admoestação importante feita pela autora é que não estamos fora das relações raciais, tanto negros(as) e brancos(as) experimentam a classe, sexualidade, geração através da raça.

Para Brah (2006, p. 350), “[...] o feminismo negro escancarou discursos que afirmavam a primazia, digamos, de classe ou de gênero sobre os demais eixos de diferenciação, e interrogavam as construções de tais significantes privilegiados enquanto núcleos autônomos unificados.” Para a autora, classe, gênero, racismo não são variáveis independentes “[...] porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra - é constituída pela outra e é constitutiva dela.” (BRAH, 2006, p. 351). As feministas negras vão centrar a análise nas interconexões ou nas intersecções das diferentes opressões. Para a autora, vidas reais são forjadas a partir das articulações complexas dessas dimensões.

No Brasil, na década de 80 do século passado, Saffioti (1987) foi uma das primeiras feministas brasileiras a defender uma ferramenta teórico-metodológica que desse conta da simbiose entre o capitalismo-patriarcado-racismo. Na mesma direção das feministas negras, Saffioti não realiza uma separação entre o patriarcado-capitalismo-racismo, tampouco vai privilegiar a primazia de um sobre o outro. Para a autora, os três sistemas são estruturadores da sociedade brasileira.

Segundo Saffioti (2004), há uma estrutura de poder que unifica

três ordens: de gênero, de raça/etnia e de classe social. Para a autora, a lógica contraditória que preside cada uma delas, passa a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó patriarcado-racismo-capitalismo. O patriarcado, com a cultura especial de controle e medo que subordina às mulheres como força de trabalho, como reprodutoras e como objetos sexuais. O capitalismo que mercantiliza todas as relações sociais e com a natureza, e o racismo como um sistema que opera em termos de desigualdade, discriminação, hierarquia e poder. A autora também defende o uso da expressão exploração-dominação para dar conta das diferentes dimensões do patriarcado-capitalismo-racismo. Saffioti (2004, p. 125) alerta que, de acordo com as circunstâncias históricas, “[...] cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos.” Desse modo, a autora procura evitar a ideia que o nó entre os três sistemas possa operar de forma independente das formações históricas e das particularidades regionais e locais.

Também nos anos de 1980, outra autora vai discutir a posição das mulheres, considerando o racismo e as categorias classe e gênero. Lelia Gonzáles (1982), militante do movimento negro, foi pioneira nos estudos sobre mulheres e racismo, procurando analisar o lugar das mulheres negras numa sociedade de classe como a brasileira. Anos mais tarde, de acordo com Carneiro (2003), militantes negras vão afirmar que é necessário enegrecer o feminismo brasileiro e ao mesmo tempo feminilizar o movimento negro. Grupos, organizações e redes de mulheres negras vão sustentar uma crítica radical ao racismo articulando as questões de classe e gênero.

Como menciona Hernandez Castillo (2001 p.208), se referindo às mulheres indígenas mexicanas, “[...] as identidades étnicas, de classe e gênero têm determinado as estratégias de luta destas mulheres, que têm optado por se inserir nas lutas mais amplas de seus povos, mas têm criado espaços específicos de reflexão sobre suas experiências de exclusão como mulheres indígenas.” Muitas organizações indígenas e suas lideranças, predominantemente masculinas, utilizam o argumento do princípio filosófico da complementaridade presente nas culturas originárias. Nessa análise, a colonização e/ou o capitalismo seriam responsáveis pela destruição dessa ordem, introduzindo a desigualdade de gênero. Porém, esse suposto é questionado nos espaços de reflexão próprios das mulheres indígenas, nas pesquisas⁶ e no programa de um povo originário, no qual a complementaridade

6 Ver Peredo Beltran que cita vários estudos sobre o tema.

não seria sinônimo de equidade e funcionaria mais no nível simbólico do que prático.⁷ A proposta do povo Mapuche, principal etnia aborígene do sul argentino-chileno, reconhece essa tensão ao promover a descolonização do machismo, da dominação masculina e da desvalorização das capacidades das mulheres ao mesmo tempo em que sugere “[...] propiciar que as mulheres Mapuche participem ativamente das redes e alianças com o movimento global de direitos humanos das mulheres.” (EQUIPO, 2010, p.88, tradução nossa).

Entendemos gênero como um conceito relacional, por conseguinte, tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de poder. Consideramos que os conflitos entre homens e mulheres também outorgam dinamismo a essas relações no decorrer da história. Mesmo existindo mudanças nas relações de gênero em contextos específicos e através do tempo, é preciso destacar o caráter histórico do patriarcado como sistema de dominação – exploração.

Neste mesmo debate, consideramos pertinente trazer as contribuições de Ávila (2012) quando questiona a associação que se estabelece entre mulher e natureza, associação que reproduz certo essencialismo na relação feminino/mulher. Nesta concepção, as mulheres são vistas e valorizadas como mais próximas da natureza do que os homens.

A referida autora, ao discutir os sentidos da dominação da natureza e da mulher no sistema patriarcal, defende que há, em relação à natureza, uma concepção que funda estes sistemas de poder, que é a visão de que a natureza é algo a ser dominado. A autora afirma que:

É do princípio da própria formação capitalista a proposição de dominar a natureza e do princípio também patriarcal a dominação da natureza. E essa é uma dimensão que está imbricada, e que, justamente, é parte da coexistência entre capitalismo e patriarcado. (ÁVILA, 2012, p. 32).

7 Para definir complementaridade Deere e León (2002, p. 316) tomam como referência Billie Jean Isbell. Para a autora, (1978, p. 11) “[...] a complementaridade sexual é talvez o conceito mais difundido utilizado para classificar os fenômenos cosmológicos e naturais. Também simboliza o processo de regeneração. Os fenômenos são conceituados como masculino e feminino e interagem um com o outro de um modo dialético para formar novas sínteses, tais como novos ciclos de tempo e novas gerações de pessoas, plantas e animais.”

Ávila também defende que a dominação da natureza persiste ao longo da história, assim como persiste a construção do ideário patriarcal de que o homem é forte e dominador. Neste sentido, também está presente a concepção de dominação das mulheres, porque, no patriarcado, as mulheres são uma dimensão da natureza. Esta concepção constitui-se enquanto base fundamental para construir a divisão sexual do trabalho.

Segundo a autora, o problema com a vinculação entre mulher e natureza é que, na ideologia patriarcal/capitalista isto significa dominação e exploração, assim como são disponíveis e subservientes os recursos da natureza. Nas palavras da autora:

Os homens não são da natureza. Os homens são da cultura, do espaço público. As mulheres são da natureza e do espaço privado. Esta é a lógica que sustenta a reprodução das relações de gênero e que está na base e na origem da construção desse sistema capitalista e patriarcal, dentro de um sentido hierárquico, em que os humanos estão em um plano superior e a natureza, em um plano inferior. Só que para os humanos também há uma hierarquia. Há os humanos da cultura e os humanos da natureza. (ÁVILA, 2012, p. 34).

Assim, consideramos que a propriedade e o acesso aos recursos não garantem a eliminação das relações de dominação-subordinação. No entanto, os movimentos de mulheres têm mostrado, historicamente, a importância da prática política para o enfrentamento da exploração - dominação. Aqui adquire relevância a mediação dos movimentos sociais como prática política que promove novas formas de relação social.

A experiência de organizações de mulheres vinculadas a organizações mistas mostra não apenas os custos da denominada tripla militância (anticapitalista, antirracista e antipatriarcal), mas também a importância para as mulheres, da preservação de espaços de discussão próprios. Ali, são elaboradas estratégias para pôr fim à exploração, dominação e/ou discriminação que as mulheres sofrem em diferentes âmbitos. Neste sentido, discutiremos no próximo tópico alguns apontamentos sobre a organização das mulheres camponesas latino-americanas e caribenhas.

2 Mulheres camponesas, negras e indígenas: a criação da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe

A América Latina atravessou um processo de colonização no contexto do capitalismo mercantilista que provocou o extermínio de populações inteiras e tentou destruir culturas milenares respondendo à necessidade de expandir o domínio das Coroas Espanhola e Portuguesa no continente, sobre a base do convencimento de que a visão do mundo e natureza dos povos originários eram inferiores. O patriarcado imprimiu à organização hierárquica da família, a masculinização do patrimônio e a legitimação da violência. Nesse processo, as mulheres negras e indígenas foram exploradas como escravas e transformadas em objetos sexuais e reprodutoras, submetidas à mestiçagem.

Com demandas comuns com o campesinato pela propriedade agrária, o movimento indígena e quilombola acrescentam demandas culturais e políticas pela autonomia dos povos. Às demandas pela preservação cultural, as mulheres põem em tensão aquelas tradições que consideram contrárias aos seus direitos, mudando aquelas que as oprimem e procurando novos consensos que considerem as suas experiências.

A organização política das mulheres rurais latino-americanas e caribenhas denuncia as condições desiguais com que estas enfrentam as diversas expressões da exploração e opressão de classe, gênero, raça e etnia em suas vidas cotidianas.

A partir da articulação das experiências de lutas, foi criada, em 1990, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede Lac). A ideia da criação de uma articulação latino-americana e caribenha de mulheres rurais surge no ano de 1985, durante a realização do 3º Encontro Feminista Latino-americano. Nesta ocasião, a liderança do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central Pernambucano, Vanete Almeida⁸, propôs à organização do evento

⁸ Nasceu em 21/06/1943, no município de Custódia (PE), Brasil, e foi uma ativista pelos direitos das mulheres rurais em todo o mundo. Na década de 1980, foi uma das criadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, da organização das trabalhadoras rurais em Pernambuco e no Nordeste. Foi dirigente do Centro de Educação Comunitária Rural. Também participou da criação da Rede Lac e integrou as Coordenações internacional e executiva desta entidade. Faleceu em 2012, vítima de câncer, publicou obras importantes sobre sua vivência e das

um espaço de discussões sobre as mulheres rurais, suas experiências e suas formas de organização política.

Como fruto deste trabalho, as mulheres reuniram suas experiências e saberes na Oficina: “Nossas Vidas, Nossas Organizações durante o 5º Encontro Feminista Latino-americano, realizado em 1990 na Argentina”.

Deste intercâmbio, e após intensos debates, preparações e trocas de correspondências, foi realizado em 1996 o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora Rural da América Latina e do Caribe (ENLAC), contando com o apoio de organizações da sociedade civil do Brasil e do exterior. Conforme Almeida e Prieto (2007), este encontro possibilitou a consolidação da Rede Lac.

Iniciada em 1990, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe – Rede LAC se consolidou pela decisão de 230 lideranças rurais de 100 organizações de 21 países, num encontro inédito, realizado em Fortaleza, Brasil em 1996. Sua proposta é articular diferentes grupos, organizações e movimentos de mulheres rurais do continente. Ela também apoia e participa de denúncias, constrói e encaminha reivindicações e propostas. Atua ainda em articulações políticas em defesa de seus direitos como mulheres e cidadãs (ALMEIDA; PRIETO, 2007, p. 9).

Uma das estratégias da Rede Lac para preservar e sistematizar os registros do I ENLAC foi a publicação do relatório do 1º Encontro Latino-americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural. Lançado em 1997, ficou conhecido como “livro verde”, se transformando em um importante instrumento de divulgação da Rede. Em 2003, a Rede Lac estabeleceu uma sede para funcionamento em Recife (PE), elaborou seu estatuto e instituiu a sua coordenação.

Novas empreitadas para dinamizar e viabilizar a realização do 2º Enlac foram implementadas. Apesar das dificuldades e desafios relacionados à escassez de recursos, o encontro aconteceu no México, no ano de 2005. “De 18 países, 260 lideranças participaram do 2º Encontro de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, de 25 a 30 de setembro de 2005, na cidade de Tlaxcala, no México” (Ibid, p. 64). Um dos focos do encontro foi a construção de uma agenda comum, que evidenciou as principais dificuldades vivenciadas pelas mulheres

mulheres trabalhadoras rurais.

rurais no continente. Neste contexto, surge o debate sobre água na Rede.

Respeitada a diversidade, o novo desafio é ir além das fronteiras de seu país e construir uma agenda comum. A água desponta como tema estratégico [...]. Também me impactou o tema da falta de água. Tudo o que escutei das companheiras da Bolívia, com a água privatizada. E isso realmente me preocupa, porque na Argentina temos boas reservas de água. Então, assumimos esse compromisso com a Rede LAC: lutar pelo tema da água. E, sobretudo, conscientizar as pessoas quanto ao uso da água. Nos perguntamos: o que fazemos pela água? (ALMEIDA; PRIETO, 2007, p. 68).

Ao buscar uma agenda comum que implicasse em estratégias coletivas por parte da Rede, as mulheres elegeram a água como um dos temas mobilizadores de suas lutas e articulações, uma vez que o debate sobre a água nos contextos rurais envolve diretamente o trabalho das mulheres no abastecimento da família, na produção de alimentos, especialmente os cultivados nos quintais, e na criação de pequenos animais.

3 As águas na América Latina do ponto de vista das mulheres rurais

No dia 22 de março de 2007 (Dia Mundial da Água), a Rede Lac lançou a Campanha Água é Vida e Direito. Participaram desta campanha grupos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e Uruguai. A campanha teve por objetivo debater nas diversas organizações que compõem a Rede sobre o direito à água e dar visibilidade à questão hídrica nos diferentes países.

As mulheres rurais criaram estratégias diversas de discussão e reflexão sobre o tema em pauta – realizaram encontros, oficinas e seminários; participaram de atos públicos e passeatas contra a degradação e contaminação dos recursos hídricos; elaboraram material educativo; lutaram pela implementação e cumprimento das legislações hídricas; organizaram ações e denúncias quanto ao manejo inadequado, a destruição dos mananciais hídricos e propuseram a criação de diversas estratégias de ação em níveis local, regional e nacional.

De um modo geral, as mulheres indicaram que não há escassez

de água em seus países, porém denunciaram que o principal problema relacionado à água é a pouca disponibilidade para consumo humano e para a produção agrícola, que não atende, de modo suficiente, as necessidades da população rural.

De fato, as discussões suscitadas pela campanha apontam elementos centrais na análise das dificuldades das mulheres rurais na obtenção da água de modo satisfatório – muito mais que as intempéries ambientais e a irregularidade das precipitações pluviométricas – a apropriação privada das águas e a acentuada destruição dos mananciais hídricos são os principais responsáveis pelo cenário de indisponibilidade hídrica nos contextos rurais. Este cenário é agravado com a insuficiência de políticas públicas estruturadoras que tratem da questão hídrica de forma justa e equitativa.

No percurso da análise, destacamos três elementos gerais apontados pelas mulheres para tratar da água em seus países, os quais discutiremos a seguir.

3.1 A água na vida cotidiana das mulheres rurais

As mulheres que participaram da campanha compõem um vasto segmento do campesinato e indígena que luta por terra e água e contra a desigualdade de classe, gênero, raça e etnia.

De um modo específico, observamos em nosso estudo que as mulheres da Guatemala, país onde existe uma forte presença indígena, apontaram a importância que tem a preservação do meio ambiente e particularmente da água, que, como fonte de vida, ocupa um lugar fundamental na visão de mundo dos povos indígenas. As mulheres indígenas se unem a seus povos para denunciar a exploração econômica e para garantir a administração autônoma de seus espaços territoriais. O desenvolvimento capitalista é concebido em termos econômicos produtivos. No entanto, a visão indígena incorpora significados holísticos e integrais na relação seres vivos – natureza. A terra, a água e as pessoas são elementos que estabelecem relações de equilíbrio na compreensão do mundo indígena (PEREDO BELTRAN, 2004; CMN, 2010). Na proposta do povo Mapuche, na Patagônia argentina, considera-se que um projeto de vida não pode ser durável nem sustentável se não é ordenado e apropriado pelo povo que habita um território (EQUIPO, 2010, p. 57).

De um modo geral, as tarefas de manutenção do espaço do-

méstico e do cuidado com a família são atribuições exclusivas das mulheres. A falta de água agrava ainda mais a vida das mulheres (MELO, 2010). Segundo Cordeiro et al. (2009, p. 171):

Nestas regiões, as populações precisam se deslocar quilômetros por dia para garantir os usos fundamentais da água para a família, o que inclui água para beber, cozinhar, prover a higiene pessoal, cuidar da casa, criar animais e cultivar a terra. Geralmente, o trabalho de abastecimento de água para consumo é realizado pelas mulheres e crianças da família.

Para realizar este trabalho, longas distâncias precisam ser percorridas, porque muitas fontes estão contaminadas e não servem para o abastecimento das famílias. Por conta da forte divisão sexual do trabalho em áreas rurais, além do trabalho agropecuário que as mulheres realizam nas propriedades, também são responsáveis quase exclusivamente pelo trabalho doméstico. É comum a referência às mulheres com a função de administradoras da água na agricultura familiar, que as leva a lidar com maiores problemas na hora de gerenciar um recurso escasso ou com baixa qualidade. Neste sentido, consideramos que o debate que associa mulher e natureza contribui para reforçar a posição das mulheres como provedoras dos cuidados com a família, mas não como partícipe das decisões políticas.

Como não há um adequado sistema de saneamento nas áreas rurais, estas mulheres percorrem longas distâncias e empregam grandes esforços para prover o abastecimento da família e, muitas vezes, o acesso possível é à água contaminada e em quantidade insuficiente. Além de representar uma sobrecarga no trabalho das mulheres, esta situação as expõe duplamente a problemas de saúde, tanto por meio de lesões por esforços repetitivos, quanto por doenças relacionadas ao consumo de água de má qualidade.

As mulheres camponesas e indígenas também pontuaram que a responsabilidade da mulher aumenta quando os homens migram em busca de trabalho para outras cidades, ficando esta encarregada do gerenciamento da propriedade, do trabalho agrícola, dos cuidados com os animais, além das pessoas da família.

A divisão sexual do trabalho vai delimitar o cuidado e o abastecimento como tarefas das mulheres enquanto os espaços de gerenciamento e gestão são ocupados principalmente pelos homens. Ou

seja, são os homens majoritariamente que participam dos espaços decisórios, que tomam as decisões “importantes” para a família e para a comunidade, no que diz respeito ao acesso à água. Conforme Cordeiro:

Quando se trata de água para produção, como expressam os documentos do Chile e Peru, a maioria das vezes quem participa dos cadastros para irrigação é o homem na sua condição de ‘chefe de família/produtor’. Isso exclui as mulheres da participação de espaços políticos onde são tomadas as decisões e mostra as dificuldades no controle do recurso no espaço público (CORDEIRO et al., 2010, p. 14).

Esta realidade também é presente quando elas relatam sobre os cadastros de uso da água. Ou seja, consideram-se usuários de recursos hídricos aqueles registrados no cadastro. Assim como a titularidade da terra está no nome dos homens, dos “chefes de família”, nos cadastros dos usuários de água, que subtende o responsável pelo uso, controle e pagamento pelo acesso ao serviço, estão presentes os nomes dos homens.

3.2 O hidronegócio e a fragilidade das políticas públicas hídricas

De acordo com Cordeiro et al. (2012, p. 169), vários países da América Latina vivenciaram privatizações dos serviços de abastecimento de água. Como exemplo, podemos citar que a Argentina e o Chile foram os pioneiros na elaboração de legislações privatistas. Nestes países, houve muitos conflitos devido à má qualidade dos serviços e o aumento das tarifas. O enfrentamento a estas condições foi liderado por comunidades indígenas contrárias à construção de represas.

Além das questões ambientais que condicionam a distribuição e o acesso, as mulheres denunciam um fator importante: a gestão inadequada e a insuficiência das políticas voltadas à questão hídrica e de controle estatal diante da degradação causada pelas empresas privadas e estatais. As mulheres avaliaram que há um forte movimento de privatização das águas com aval dos governos em cada país, que gera consequências graves para as populações rurais e indígenas.

Por conta do ideário neoliberal, a privatização da água por grandes empresas capitalistas é uma realidade para quase todos os países que participaram da campanha. Sabe-se que são as grandes empresas, especialmente as vinculadas ao agronegócio e à grande

produção, responsáveis pela contaminação das fontes e mananciais hídricos. Como no espaço rural, o abastecimento das populações se realiza principalmente através das águas dos rios e pequenos riachos que cortam os povoados, além da água da chuva, a contaminação destas fontes representa um ataque violento à democratização das águas, especialmente para as populações camponesas e indígenas, que dependem quase exclusivamente destas fontes.

Segundo as mulheres, são as grandes empresas que mais contribuem com o desmatamento massivo, que faz acelerar o processo de desertificação nas regiões semiáridas, a perda/diminuição da biodiversidade dos ecossistemas e a destruição de corpos hídricos pelos despejos de dejetos industriais. Estas grandes indústrias (mineradoras, empresas do agronegócio, madeireiras, etc.), que se apropriam de grandes volumes de água para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, são as grandes responsáveis por práticas agrícolas insustentáveis, que agredem o meio ambiente e contaminam e destroem os mananciais hídricos.

As mulheres afirmaram que:

Dependendo do país e das políticas de desenvolvimento promovidas pelos governos, as mulheres rurais latino-americanas alertam sobre as consequências para as comunidades rurais. Assim, o desmatamento e o uso de agrotóxicos próprios das plantações de soja, o arsênico usado pelas mineradoras e as plantações intensivas que realizam empresas de celulose provocam poluição, erosão dos solos e diminuição dos lençóis freáticos. Além disso, foram assinaladas algumas práticas inadequadas da população como as ocupações irregulares das várzeas dos rios, as queimadas, a poluição [...] que impactam diretamente na qualidade das águas e as tornam impróprias para consumo humano. (CORDEIRO et al., 2009, p. 8).

É neste sentido que as mulheres apontam os processos de privatização da água como fatores que condicionam a falta do acesso satisfatório à água de qualidade em suas regiões e países. Esta realidade está associada à organização da produção, na qual a natureza e os recursos naturais são vistos como matéria-prima para a produção, que, portanto, estão disponíveis à exploração e são inesgotáveis para a atividade humana.

À tendência à produção ilimitada é resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em

torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades diretas. Por isso, é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica da sociedade capitalista. Por isso, também, resulta fútil a crítica à produção ilimitada que não encare, ao mesmo tempo, a crítica à organização capitalista da sociedade humana. (FOLADORI, 2001, p. 199).

Leff (2010) admite que o discurso da privatização se direciona ao “[...] uso racional e uma gestão eficiente da água”, de modo que o usuário pague pelo serviço de abastecimento. Para o autor, a estratégia da privatização envolve os serviços domiciliares, as águas destinadas à irrigação e à produção industrial, e, de modo particular, envolve uma “[...] gestão global da água, que implica a gestão das bacias hidrográficas e dos ecossistemas. (LEFF, 2010, p.110).

Neste sentido, as lutas dos movimentos contra a apropriação privada das águas têm sido enfrentadas como afronta à ordem pública e as lutas pela água têm gerado um número diverso de conflitos e lutas sociais. As lutas ocorrem pelo acesso à água potável, pela proteção dos mananciais e a ampliação dos espaços de participação e controle social.

3.3 As lutas pelo direito à água

Como já foi dito, Argentina e Chile foram pioneiros na privatização dos serviços de água, fato que gerou conflitos, dada a má qualidade dos serviços e o aumento das tarifas. Nesses países, os enfrentamentos foram liderados pelas comunidades indígenas contrárias à construção de represas. No Peru e Equador, mantêm-se lutas populares, sobretudo indígenas, contra leis de recursos hídricos que abrem portas à privatização da administração do recurso e dão maior poder aos interesses das empresas mineradoras (CORDEIRO et al., 2012). Na atualidade, no norte da Patagônia argentina assistimos a uma forte oposição do povo indígena Mapuche, contrário à nova técnica de extração de hidrocarburos denominada *fracking* por considerar que se trata de um método contaminador, que consome grandes quantidades de água doce, sem que o Estado garanta o controle das empresas multinacionais.⁹ No Brasil, ganharam destaque as lutas indígenas articuladas no “Movimento Xingu Vivo para Sempre” contra os Complexos Hidrelétricos de Belo Monte, do Tapajós, do Teles Pires e de todas

9 Uma das denúncias se centra na morte de uma liderança Mapuche, em março de 2012, num território contaminado por *fracking*.

as barragens na Pan-Amazônia.

As mulheres agricultoras e gestoras comunitárias da água da Bolívia, participaram do que se denomina “Guerra pela Água”, na cidade boliviana de Cochabamba, no ano 2000, em que se evidenciou que a questão da água, nos países latinos, tem mobilizado sujeitos sociais pela sua garantia e disponibilidade, em quantidade e qualidade adequadas a toda população e também pelo direito à gestão e participação nos espaços decisórios.

No Peru e Equador, se apresentam lutas indígenas contra leis de recursos hídricos que favorecem a privatização da administração da água e privilegiam os interesses das empresas mineradoras. No Uruguai, realizou-se em 2004 um plebiscito contrário à privatização da água. A população votou em favor da água como direito humano fundamental e pela gestão pública do recurso. As lutas na Argentina são contrárias, principalmente, à instalação das mineradoras, contra a instalação da indústria de celulose e contra a expansão das monoculturas empresariais.

Também foi pontuado que há experiências, principalmente no Nordeste do Brasil, que têm criado estratégias sustentáveis para garantir o acesso à água pelas famílias rurais. As mulheres das comunidades quilombolas têm participado desse processo. Elas citaram o Programa de Mobilização Social para Convivência com o Semiárido - Um Milhão de Cisternas Rurais, desenvolvido pela Articulação no Semiárido (ASA) em toda a faixa semiárida do Brasil. As mulheres também destacaram que os instrumentos de controle social que existem são ainda incipientes e não garantem a sua participação e envolvimento nos espaços decisórios, capazes de alterar a conjuntura política. Elas avaliaram que as ações governamentais continuam sendo construídas sem o envolvimento das mulheres e populações rurais de um modo geral.

No entanto, as mulheres consideram que, do ponto de vista do direito formal, todos os países possuem princípios e diretrizes legais estabelecidos. Entretanto, na prática, a despeito do discurso dos direitos dos povos, as águas são apropriadas e privatizadas, com o consentimento legal do Estado, enquanto muitas pessoas estão submetidas à insegurança hídrica.

As mulheres também denunciaram a falta de compromisso

do poder público com a criação e ampliação de políticas hídricas que garantam o acesso das populações rurais à água de qualidade para consumo humano. Afirmaram que, na maioria das comunidades rurais pobres, o acesso à água é restrito ao abastecimento através dos pequenos riachos, poços e caminhões-pipa. Além disso, as famílias não participam de processos de planejamento das políticas de manejo de água, que ficam sob a responsabilidade dos gestores locais, “que podem decidir como tratar as águas e as pessoas que dependem delas como preferirem” (CORDEIRO et al., 2009, p. 12).

A falta de água potável e de tratamento adequado das águas tem como principal impacto a saúde das famílias – quando as pessoas não têm água boa para consumo dois processos são desencadeados: ou as pessoas são forçadas a ingerir água contaminada e imprópria para consumo humano, comprometendo a saúde de suas famílias, ou percorrem longas distâncias em busca de água para beber, o que é realizado comumente por mulheres e crianças nas áreas rurais. (CORDEIRO et al., 2010, p. 8).

Outro elemento importante denunciado pelas mulheres é a opção dos Estados de favorecer o agronegócio com a construção de grandes obras de irrigação em detrimento da agricultura familiar. E neste aspecto os impactos da insuficiência hídrica para a produção de alimentos da maioria da população são desastrosos – baixa produção agrícola e perda das lavouras, dificuldades com a criação de animais e a migração para os grandes centros urbanos, especialmente da população mais jovem.

Quanto a estes aspectos, as mulheres propuseram estratégias que apresentam dois princípios centrais: a garantia do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para atender às necessidades das populações rurais, que incluem o consumo doméstico, agricultura e criação de animais; e, segundo, a participação mais equitativa entre homens e mulheres no manejo, gestão e na tomada de decisões relacionadas às águas.

Neste sentido, fica evidente que as reivindicações das mulheres ao poder público envolvem, principalmente, a ampliação de uma política de gestão da água com enfoque de gênero, que contemple o acesso, a proteção e a conservação das águas, considerando o trabalho desenvolvido pelas mulheres.

Considerações finais

Consideramos que as redes de movimentos sociais, a exemplo da Rede Lac, problematizam e dão visibilidade a questões importantes no mundo contemporâneo, como a questão dos recursos hídricos e as implicações para a vida das mulheres rurais. Estas organizações exigem novas formas de condução e formulação de políticas públicas, articulam lutas locais, regionais, globais e apostam em práticas e valores alternativos, em vários aspectos da vida social.

Com base nos resultados da Campanha *Água é Vida e Direito*, a Rede Lac sistematizou um diagnóstico a respeito da realidade vivenciada pelas mulheres rurais latino-americanas quanto ao acesso, qualidade, quantidade, gerenciamento e gestão das águas nas áreas rurais dos seus países. Entre outros aspectos, esta Campanha mobilizou inúmeras organizações de base local que refletiram sobre a temática da água, das relações de gênero e de como esses elementos estão dispostos no cotidiano das mulheres rurais.

A apropriação privada da terra e da água no campo materializa a simbiose dos sistemas de exploração – dominação de classe, gênero, raça, etnia, entre outros. A contestação desses sistemas poderá ser construído em diferentes espaços coletivos que considerem as práticas, a participação e os aportes dos/das camponeses(as), extrativistas, indígenas e assalariados(as) rurais.

A organização das mulheres rurais na América Latina explicitou os processos de exploração-domação que as mulheres vivenciam e deu visibilidade aos temas de interesse das mulheres, seus modos de vida e trabalho, suas inquietações, conquistas, suas lutas e organizações. É neste sentido que se torna evidente a preocupação das mulheres com as comunidades rurais que vivem com grandes restrições quanto ao acesso à água de qualidade.

Um dos resultados da Campanha foi demonstrar que quando as mulheres estão contribuindo com o debate da segurança hídrica para as populações rurais, elas estão problematizando a temática da água, considerando a dimensão social e política de seu acesso e de sua gestão.

Duas contribuições significativas estão presentes nos relatos da Campanha e são pistas importantes do que significou esse momento para a Rede e para as mulheres. O primeiro diz respeito à clareza de que é a partir da articulação e mobilização social que é possível desencadear reflexões fecundas e pensar estratégias coletivas que

potencializem as ações dos movimentos.

A segunda contribuição diz respeito a certa flexibilidade quanto à condução das políticas hídricas em seus países. As mulheres discutem e propõem a equidade de gênero no marco das políticas públicas, considerando a responsabilidade do Estado, no sentido de garantir o acesso e a qualidade dos recursos hídricos para as populações rurais, em especial, para as mulheres negras e indígenas.

Referências

ALMEIDA, V., PRIETO, I. L. **Uma história muito linda**: perpetuando a Rede Lac. Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe. Recife Rede Lac, 2007.

ÁVILA, M. B. Mulher e natureza: os sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, Ano VI, n.5, p. 32-43, 2012.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CORDEIRO, R.L.M; SILVEIRA, S.M.B, MORALES, P., ALMEIDA, V. Mulheres e água: a experiência da rede de mulheres rurais da América Latina e do Caribe. Recife: **Revista Antropológicas**. Ano 16, Vol. 23 (1), p. 160-178, 2012.

CORDEIRO, R. L. M.; SILVEIRA, S. M. B., MORALES, P. **Síntese da campanha água é vida e direito**. (22 de março de 2007 a 20 de dezembro de 2008). Recife, 2009. Mimeo.

DEERE, C.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direito à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2002.

EQUIPO Interdisciplinar e Intercultural del Proyecto. **Propuesta para un KVME Felen Mapuce**. Confederación Mapuce de Neuquen. Neuquen: Argentina, 2010. Disponível em: <<http://odhpi.org/wp-content/uploads/2011/09/kvme-felen-Plan-de-vida.pdf>> Acesso em: 5 out. 2014.

FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. Tradução de Paulo Roberto Delgado. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 117-148, 2001.

GONZALES, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel, T. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

HERNÁNDEZ CASTILLO, A. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. **Debate Feminista**, México, Año 12, v. 24, p. 206-229, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

MELO, L.A. Relações de gênero na convivência com o semiárido brasileiro: água para o consumo doméstico. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. L. M. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

PEREDO BELTRAN, E. Una aproximación a la problemática de género y etnicidad en América Latina. **Serie Mujer y desarrollo**, Santiago de Chile, n. 53, 2004. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/14797/lcl2066e.pdf>> Acesso em: 6 out. 2014.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n.2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo, Moderna, 1987.

_____. Não há revolução sem teoria. In: _____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.